1.3. Número Total de associados: _____

1.4. Número de associados de idade inferior a 30 anos: _____ %

1.5. Está inscrita no R.N.A.J.? SIM NÃO

1.6. Tem personalidade jurídica? SIM NÃO

1.7. Número de Identificação de Pessoa Colectiva (b)

1.8. Designação do órgão colegial de direcção _____

Número total de membros _____ Mandato até ____/____/____

1.9. Possui declaração de Utilidade Pública? _____

Data de publicação no Diário da República ____/____/____

1.10. Âmbito:

Nacional

Regional/Local

1.11. Se a Associação é de âmbito nacional indique os distritos onde tem estruturas locais e respectivas moradas

2. Identificação do pedido:

2.1. Finalidade:

Plano de actividades

Custos de funcionamento

Acções pontuais

Construção de instalações

Conservação de instalações

Outros

2.2. Se responder "outros" especifique: _____

2.3. Participantes:

Número total de participantes activos:

Número total de participantes activos de idade inferior a 30 anos:

Número total de participantes passivos:

Número de participantes passivos de idade inferior a 30 anos

2.4. Características da(s) actividade(s)
(junte anexo pormenorizado)

MAPA RESUMO

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	DATAS	OBJECTIVOS	OBSERVAÇÕES

2.5. Quantificação do pedido:
(junte anexo pormenorizado)

MAPA RESUMO

AÇÃO	DESPESAS PREVISTAS	RECETAS PRÓPRIAS	OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO	SUBSÍDIO SOLICITADO

3. Representante legal da associação nesta data:

Nome _____ Idade _____

Endereço _____

Nº do B.I. _____ Data ____/____/____ Arq. Identif. _____

Cargo na Associação _____

Mandato até ____/____/____

Assinatura

(a) consta dos respectivos estatutos e deve ser indicada por extenso.
(b) consta do respectivo cartão emitido pelo Ministério da Justiça.**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS****Decreto-Lei n.º 65/88**

de 1 de Março

Tendo em vista adequar o corpo do artigo 136.º da Reforma Aduaneira, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 46 311, de 27 de Abril de 1965, à nova realidade jurídica consubstanciada na existência de terminais de carga para as mercadorias transportadas por via marítima, prevista no n.º 7 do § 1.º do artigo 140.º da citada Reforma, torna-se necessário rever o regime actualmente em vigor.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. O artigo 136.º da Reforma Aduaneira, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 46 311, de 27 de Abril de 1965, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 136.º Na falta de depósitos de trânsito, podem as mercadorias em trânsito ser recebidas em depósitos reais, especiais de caminho de ferro, terminais TIR, aeroportuários, de carga para as mercadorias transportadas por via marítima e depósitos gerais francos, tomando-se as necessárias cautelas de modo a ser observado o regime aduaneiro de trânsito, devendo a sua arrumação fazer-se em separado quando se trate de depósitos gerais francos.

§ único.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 4 de Fevereiro de 1988. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *João Maria Leitão de Oliveira Martins*.

Promulgado em 18 de Fevereiro de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 22 de Fevereiro de 1988.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.